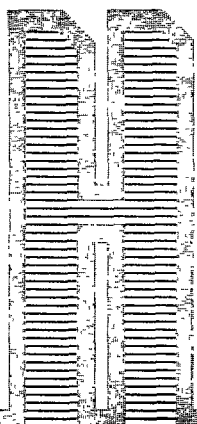




DIÁRIO



República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXIX — Nº 097

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 28 DE AGOSTO DE 1984

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 227ª SESSÃO CONJUNTA, EM 27 DE AGOSTO DE 1984

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO NILSON GIBSON — Transcrição nos Anais da Ordem do Dia do Ministro do Exército, alusiva ao transcurso do Dia do Soldado. Editorial de autoria do jornalista Leonardo Mota Neto, intitulado, "Ordem contra a frente".

DEPUTADO VICENTE QUEIROZ — Aniversário do jornal *Diário do Pará*. Assassinato do Presidente do Partido Trabalhista Brasileiro do Estado do Pará, Sr. Américo Silva.

DEPUTADO JOSÉ CARLOS TEIXEIRA — Observações sobre as elevadas taxas cobradas pelo Instituto de Pesos e Medidas, dos camioneiros transportadores de combustível e, em especial, no Estado de Sergipe.

DEPUTADO FRANCISCO AMARAL — Resultados alcançados pelo Banco do Estado de São Paulo, no primeiro semestre de 1984.

DEPUTADO PAULO LUSTOSA — Comportamento ético adotado pelo Sr. Aureliano Chaves no atual quadro político brasileiro. Publicação do livro do humanista Thomas Mann intitulado — "Dr.

Fausto". Apelo às Lideranças na Câmara dos Deputados em favor da brevidade da apreciação do projeto de lei que dispõe sobre o Juizado de Pequenas Causas.

DEPUTADO JORGE CARONE — Considerações sobre possível exonerações de funcionários do Governo Federal. Observações à Ordem do Dia lida pelo Ministro do Exército, por ocasião da passagem do Dia do Soldado.

1.2.2 — Questão de ordem

Levantada pelo Sr. Valmor Giavarina e acolhida pela Presidência, relativa à inexistência de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

1.2.3 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa

1.3 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 228ª SESSÃO CONJUNTA, EM 27 DE AGOSTO DE 1984

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO ADHEMAR GHISI — XIV Encontro das Federações de Indústrias da Região Sul, reali-

zado na cidade de Canela — RS, no mês de junho próximo passado.

DEPUTADO JORGE CARONE — Momentos vividos por S. Ex^a durante a Revolução de 64.

DEPUTADO JOSÉ FERNANDES — Aprovação, pelo Conselho de Administração da SUFRAMA, do projeto MOTOSOM.

2.2.2 — Questão de ordem

Suscitada pelo Sr. Deputado Jacques D'Ornellas e acolhida pela Presidência atinente a inexistência de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

2.2.3 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 18 horas e 55 minutos, com Ordem do Dia que designa.

2.3 — ENCERRAMENTO

3 — ATA DA 229ª SESSÃO CONJUNTA, EM 27 DE AGOSTO DE 1984

3.1 — ABERTURA

3.2 — EXPEDIENTE

3.2.1 — Questão de ordem

Suscitada pelo Sr. Jacques D'Ornellas e acolhida pela Presidência, relativa à inexistência de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

3.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, com Ordem do Dia que designa.

3.3 — ENCERRAMENTO

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA

Diretor-Geral do Senado Federal

ALOISIO BARBOSA DE SOUZA

Diretor Executivo

LUIZ CARLOS DE BASTOS

Diretor Industrial

RUDY MAURER

Diretor Administrativo

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre	Cr\$ 3.000,00
Ano	Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares

Ata da 227ª Sessão Conjunta, em 27 de agosto de 1984

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Martins Filho

ÀS 11 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES.

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Galvão Modesto — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Moacyr Duarte — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcones Gadelha — Guilherme Palmeira — Carlos Lyra — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Luiz Viana — Moacyr Dalla — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Morvan Acaçaba — Fernando Henrique Cardoso — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Gastão Müller — José Fragelli — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octavio Cardoso.

E OS SRS DEPUTADOS

Acre

Alécio Dias — PDS; Aluizio Bezerra — PMDB; Geraldo Fleming — PMDB; Nosser Almeida — PDS; Ruy Lino — PMDB.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; Carlos Alberto de Carli — PMDB; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Vivaldo Frota — PDS.

Rondonia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Coutinho Jorge —

PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PDS; Eptácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; João Rebelo — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Sarney Filho — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jonathas Nunes — PDS; José Luiz Maia — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Antônio Moraes — PMDB; Flavio Marçílio — PDS; Haroldo Santord — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Ossian Araripe — PDS; Paulo Lustosa — PDS.

Rio Grande do Norte

Antônio Câmara — PMDB; Jessé Freire — PDS; João Faustino — PDS; Vingt Rosado — PDS.

Paraíba

Aluizio Campos — PMDB; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; Tarciso Buriti — PDS.

Pernambuco

Carlos Wilson — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Inocencio Oliveira — PDS; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; Josias Leite — PDS; Nilson Gibson — PDS; Osvaldo Lima Filho — PMDB; Roberto Freire — PMDB.

Alagoas

Djalma Falcão — PMDB; Geraldo Bulhões — PDS; Jose Thomaz Nonó — PDS.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Atrísio Vieira Lima — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PMDB; Fernando Gomes — PMDB; França Teixeira — PDS; Francisco Benjamin — PDS; Genebaldo Correia — PMDB; Haroldo Lima — PMDB; Horácio Matos — PDS; João Alves — PDS; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Virgildásio de Senna — PMDB.

Espírito Santo

Hélio Manhaes — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Nyder Barbosa — PMDB; Stêlio Dias — PDS.

Rio de Janeiro

Amaral Neto — PDS; Arildo Teles — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Celso Peçanha — PTB; Daso Coimbra — PMDB; Denisar Arneiro — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Francisco Studart — PTB; José Eudes — PT; Márcio Braga — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Emilio Haddad — PDS; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; João Hercúlio — PMDB; Jorge Carone — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes

— PMDB; Juarez Baptista — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Marcos Lima — PMDB; Melo Freire — PMDB; Nylton Velloso — PDS; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Rondon Pacheco — PDS.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Soares — PT; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Del Bosco Amaral — PMDB; Diogo Nomura — PDS; Francisco Amaral — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Irma Passoni — PT; Ricardo Ribeiro — PTB; Roberto Rollemberg — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iturival Nascimento — PMDB; João Divino — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PDS.

Mato Grosso

Dante de Oliveira — PMDB; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alencar Furtado — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Dilson Fanchin — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Irineu Brzesinski — PMDB; José Tavares — PMDB; Norton Macedo — PDS; Oswaldo Trevisan — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Santos Filho — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Artenir Werner — PDS; Cassido Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Pedro Colin — PDS; Renato Vianna — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irineu Colato — PDS; João Gilberto — PMDB; José Fogaça — PMDB; Lélío Souza — PMDB; Matheus Schimidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Clarck Platon — PDS; Geovani Borges — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — As listas de presença acusam o comparecimento de 41 Srs. Senadores e 139 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão

Há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Nilson Gibson.

O SR. NILSON GIBSON (PDS — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Parlamentares, o Ministro do Exército, General Walter Pires, em sua ordem do dia, alusiva ao transcurso do “Dia do Soldado”, afirmou que “o espírito de renúncia, a desambição, o devotamento à causa pública — virtudes que engrandeceram a vida de Caxias — não constituem atributos exclusivos dos homens de farda e merecem ser cultivadas, também, pelos brasileiros conscientes, mormente por aqueles que aspiram à condição de estadistas, pois repugna a consciência cívica do País que conveniências pessoais ou de grupos prevaleçam, em quaisquer circunstâncias, sobre os superiores interesses da própria Nação”.

O Ministro do Exército condena os que usam a agitação e a violência ou se aproveitam, “sorrteiramente de conchavos e maquinações astutas”, advertindo que o Exército está vigilante”.

Depois de salientar que a atual fase de transição política levará “a um regime verdadeiramente democrático e consentâneo com as aspirações do povo”, o General Walter Pires condenou veementemente “a atitude daqueles que, desertando de seus compromissos com um passado tão próximo que até se afigura presente, apressam-se, agora, em tecer um futuro que lhes parece mais propício, como se fosse ético olvidar, ao sabor dos interesses pessoais, atitudes e posições livremente assumidas”. O Ministro do Exército advertiu que a Força “estará vigilante e não faltará à Nação”.

Sr. Presidente, peço, na forma regimental, a transcrição da mensagem do Ministro, no “Dia do Soldado”, nos Anais do Congresso Nacional.

Ainda requeiro a transcrição do editorial publicado no **Correio Braziliense**, de sábado, 25 de agosto, de autoria do jornalista Leonardo Motá Neto, em que afirma ter sido a Ordem do Dia do Ministro Walter Pires um conselho e advertência aos que desertaram de seus compromissos com um passado tão próximo. É o seguinte:

“Esta é a íntegra da ordem do dia do general Valter Pires:

“O Exército comemora, hoje, a data de nascimento de seu patrono, o marechal Luís Alves de Lima e Silva — Duque de Caxias.

“Neste dia, de tão alto significado para o Soldado brasileiro, quando em todos os quartéis se reverencia a memória desse inoidável chefe militar, volto meu pensamento para esta admirável instituição que é o Exército, a mais representativa, talvez, de nosso povo e cujas origens remontam ao alvorecer da própria nacionalidade.

“Rememoro as grandiosas tarefas que lhe têm sido cometidas, no perpassar dos anos, não só as de caráter estritamente constitucional, mas também as muitas outras, consubstanciadas em valiosos contributos ao desenvolvimento e à integração nacionais.

“Evoco o singular devotamento com que a elas se têm dedicado nossos abnegados soldados, nos postos ermos da fronteira, nas selvas hostis da Amazônia, nas terras ardentes do Nordeste, na solidade dos pampas, no bulício das cidades, nas mais diferentes áreas, enfim, de nosso imenso território.

“Orgulho-me, sobremaneira, de comandar homens assim, que superpõem os interesses da Pátria às ambições pessoais, e que na servidão de uma carreira desprovida de vantagens materiais chegam à sublimação de entregar a vida por um ideal.

“E é a esses homens, a quem a Nação tanto deve, e sobre cujos ombros pesa a responsabilidade maior de velar por sua segurança e tranquilidade, que eu quero dirigir minhas palavras, nesta quadra particu-

larmente complexa da vida do País, que está a exigir de todos os brasileiros grandeza, patriotismo e desambição.

“Julgo oportuno ressaltar, neste instante solene, que o Exército, no cumprimento de suas relevantes missões, tem pautado sua conduta, invariavelmente, pelos exemplos edificantes legados por seu eminente patrono.

“Nos anos difíceis em que o Brasil conquistava sua independência e se afirmava como Nação livre e soberana, Caxias foi o garantidor da intangibilidade de nossa soberania, o artífice da unidade pátria, o austero pacificador social e, no exercício de tão nobres e graves deveres, soube agir sempre com firmeza e serenidade, sem transigir jamais com a anarquia, a indisciplina, a subversão.

“Essa é a grande lição que deve orientar nosso comportamento, principalmente nesta fase delicada de transição política, quando estamos culminando um processo de renovação nacional que, apesar dos percalços enfrentados, modernizou e desenvolveu o País, e haverá de nos levar, por certo, a um regime político verdadeiramente democrático e consentâneo com as aspirações do povo.

“Não nos devemos impressionar, portanto, com a orquestração ruidosa de minorias radicais e estereis que desejam semear apenas a desordem e o caos, nem com a atitude daqueles que, desertando de seus compromissos com um passado tão próximo que até se afigura presente, apressam-se, agora, em tecer um futuro que lhes parece mais propício, como se fosse ético olvidar, ao sabor dos interesses pessoais, atitudes e posições livremente assumidas.

“Não se iludam os que, fazendo uso da agitação e da violência ou aproveitando-se sorrteiramente de conchavos e maquinações astutas, sonham em modificar um dia, os fundamentos de nossas instituições políticas, que se assentam em princípios cristãos e democráticos já incorporados à alma nacional, porque não logrado seu nefasto intento.

“O Exército estará vigilante e não faltará à Nação, com a qual sempre foi solidário, especialmente nos momentos de crise, pois comunga dos mesmos nobres e elevados sentimentos que animam seus concidadãos. As transformações estruturais realmente desejadas pela sociedade e majoritariamente decididas serão asseguradas e processar-se-ão em ambiente de ordem e de tranquilidade, sem pressões espúrias, e com absoluto respeito ao ordenamento jurídico do País.

“Convém destacar, no entanto, que essas responsabilidades não são apenas nossas, mas devem ser compartilhadas por todos os cidadãos democratas, e de modo particular pelas lideranças políticas, no desempenho de seu importante papel de condutoras das atividades das agremiações partidárias.

“Da mesma forma, o espírito de renúncia, a desambição, o devotamento à causa pública — virtudes que engrandeceram a vida de Caxias — não constituem atributos exclusivos dos homens de farda, e merecem ser cultivadas, também, pelos brasileiros conscientes, mormente, por aqueles que aspiram à condição de estadistas, pois repugna à consciência cívica do País que conveniências pessoais ou de grupos prevaleçam, em quaisquer circunstâncias, sobre os superiores interesses da própria Nação.

“Meus comandados,

“A vida de Caxias é, toda ela, uma lição permanente de dedicação ao Brasil e confiança na grandeza de seu destino.

“Que a imagem desse grande patriota — paradigma de soldado e de estadista — cuja ação enérgica, serena e desprendida permitiu, em tempos incertos e sombrios do passado, a consolidação da unidade nacional, ilumine nossas elites para que as dificuldades da hora, presente sejam superadas dentro do

espírito de entendimento e de concórdia, característica da índole de nossa admirável gente.

“Os problemas com que eventualmente nos defrontamos devem servir de estímulo ao fortalecimento de nossa tempera de soldados e brasileiros.

“Creio, firmemente, que nossa Pátria superará com galhardia a conjuntura desfavorável que atravessa, mercê da excelência e magnitude de seus recursos humanos e materiais, para alcançar, em tempos não distantes, o grande objetivo de proporcionar a todos os seus filhos dias de ventura, bem-estar e prosperidade.”

Brasília, sábado, 25 de agosto de 1984

Correio Braziliense

“ORDEM CONTRA A FRENTE

A sucessão presidencial tem a partir de hoje um novo ponto de referência para balizar seus futuros rumos, expresso na Ordem do Dia do Ministro Walter Pires, de clara advertência às forças políticas que disputam o poder, mas especificamente ainda quando se refere nas entrelinhas à “Frente Liberal” e ao seu líder, o vice-Presidente Aureliano Chaves.

O pronunciamento do Ministro não deverá repor o episódio sucessório nos quartéis, mas inevitavelmente produzirá seqüelas no comportamento político das oposições, visto que o ex-governador Tancredo Neves é um homem público que jamais desprezou a voz militar. A disputa pelo poder, segundo deixa entrever a Ordem do Dia, não é aceita ainda pelo estabelecimento militar como um fato positivo na rota do aperfeiçoamento democrático, sendo observada como um processo contaminado por alevisias tais como “conchavos e maquinações astutas” dos que “sonham em modificar, um dia os fundamentos das nossas instituições políticas”.

Existe, portanto, uma pedra no caminho da sucessão, a ser considerada como um obstáculo formal. O Ministro Pires não é um especialista em retórica intimidatória e, se pautou seu pronunciamento pela linha do último aviso, é porque traduz um pensamento dominante em sua área, de apreensão e dúvida quanto à expectativa de estabilidade da transição do poder.

A questão deve ser analisada não apenas sob o ângulo dos preconceitos militares diante dos políticos oposicionistas, ajudados pelos dissidentes liberais, que detêm hoje uma chance real de alcançar o poder, dado o resultado das pesquisas que atribuem ao ex-Governador Tancredo Neves uma vantagem considerável de votos dos delegados ao Colégio Eleitoral. Outro ângulo de visão é o da responsabilidade que a nota indiretamente atribui ao Presidente Figueiredo para que conduza o processo de transição política para os objetivos de unidade reclamados pela Ordem do Dia.

Se não há condições objetivas para a condução sucessória sob os índices de segurança requeridos pela instituição militar, a falha não é certamente das forças políticas que disputam legitimamente o poder, embora num Colégio ilegítimo aos olhos da honra da Nação. A falha reside na atitude centralizadora, mas conceitualmente ambígua, do Presidente da República, que continua a conviver com formuladores que jogam na antítese da orientação governista.

A mensagem do Ministro Pires é dura, também, no que contém de doutrina sobre o pensamento militar-revolucionário. Os chefes das Forças Armadas não abrem mão do reconhecimento de que os últimos 20 anos constituíram um ciclo de modernização e desenvolvimento do País, sendo o atual momento a culminância de um “processo de renovação nacional”. Se as forças políticas se insurgirem contra

essa idéia formada, certamente agravarão os fatores da suspicácia militar.

A Ordem do Dia do Ministro Pires contém ingredientes de retrocesso institucional, mas sua aplicação prática no domínio da transição do poder só poderá ser avaliada após a reação dos candidatos sugeridos sub-repticiamente, ou dos dissidentes governistas tão duramente criticados, como o vice-Presidente Aureliano Chaves, sem dúvida alguma, mencionado quando o texto se refere a uma variação do entendimento sobre ética.”

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Vicente Queiroz.

O SR. VICENTE QUEIROZ (PMDB — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, nobres Srs. Congressistas, quando eu era criança aprendi a ler o catecismo; depois aprendi a ler a Bíblia, também, a palavra sagrada dos antigos e dos novos missionários da paz e do amor; e hoje leio mais, gosto de ler Rui Barbosa, porque ele dá o exemplo de civilidade para a Humanidade toda e não apenas para o Brasil. Eu prefiro o “Águia de Haia” a espairar com a beleza não só da sua erudição, mas também da sua civilidade, o que é patriotismo e que é amor à Pátria.

Deveria, na sexta-feira próxima, falar nesta Casa; infelizmente, não poderei, porque, por necessidade pessoal, estarei ausente deste plenário. Mas o meu discurso está pronto e terei oportunidade de encaminhar à Mesa na ocasião devida, porque, na verdade, Sr. Presidente, as vozes de cassandra não mais intimidarão esta Casa, e a grandeza de espírito do povo brasileiro é muito maior do que a mediocridade dos que se julgarem donos da Pátria. A Pátria não é de ninguém; a Pátria somos nós todos.

Estou encaminhando a V. Ex^a, Sr. Presidente, o registro do aniversário do *Diário do Pará*, que consagrou a vitória do jovem líder paraense, Jader Barbalho, Governador do meu Estado. E também, com muito pesar, nesta oportunidade, registro o falecimento de maneira brutal, por assassinato, do Presidente do Partido Trabalhista Brasileiro no meu Estado, Américo Silva, ocorrido na madrugada de ontem. Agradeço a atenção de V. Ex^{as}

ADENDO AO DISCURSO DO DEPUTADO VICENTE QUEIROZ

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, registro com satisfação o segundo aniversário do mais novo jornal da minha terra, nascido da coragem, da pujança e da dedicação de meia-dúzia de bravos. Trata-se do aniversário do conceituado jornal *Diário do Pará*, ocorrido em 22 do corrente.

Fora de dúvida que nesse pouco tempo de existência alcançou aquele noticioso o mais absoluto sucesso.

Tive a felicidade de assistir, naquela madrugada de 22 de agosto, ao nascimento do nosso diário, que não apenas viria a se tornar um jornal de projeção, como nasceu sob a égide e inspiração do nosso inegável Líder Jader Fontenelle Barbalho.

Em meio à sua curta trajetória, as dificuldades não foram poucas, e só foram superadas graças ao espírito empreendedor de Laércio Wilson Barbalho, ao lado de seu filho, Joércio Barbalho e da equipe “*Diário do Pará*”, formada por velhos profissionais e o pessoal jovem que nele ingressou.

A opinião pública do Pará tem, hoje, graças ao dinâmico trabalho da turma desse periódico, um jornal à altura de suas tradições, buscando sempre a verdade, para levá-la a seu conhecimento.

A apresentação do jornal completa-se não só pela sua feitura, como pela variedade de notícias nos diversos setores da vida da comunidade.

Participe na solidariedade que todo o Pará presta ao “*Diário do Pará*”, solicito que esta Casa faça registrar

nos seus Anais o evento, manifestando também seus aplausos ao seu corpo redacional, na pessoa dos senhores: Superintendente, Laércio Wilson Barbalho; Diretor Comercial, Joércio Fontenelle Barbalho; Diretor Administrativo e Financeiro, José Antonio Lima de Souza; Gerente Industrial, Luiz Manoel dos Santos Barbalho; Editor Responsável, Hélio Gueiros; Editor Chefe, Ronaldo Bandeira.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Carlos Teixeira.

O SR. JOSÉ CARLOS TEIXEIRA (PMDB — SE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, um grave erro vem sendo cometido pelo Instituto de Pesos e Medidas, tendo em vista que, em várias Unidades da Federação, não há condições de ser feita a vistoria nos veículos de carga, principalmente nos veículos transportadores de combustíveis. Os camioneiros sergipanos têm feito um grande esforço, com graves prejuízos, no sentido de se deslocarem de Aracaju a Salvador com seus veículos vazios, tanto para ir como para retornar, além de pagarem taxas exorbitantes, atendendo exigência legal do Instituto de Pesos e Medidas.

Ora, Sr. Presidente, num país onde a palavra de ordem deveria ser economizar, evitar desperícios, evidentemente essa ação do Instituto de Pesos e Medidas, que faz com que se verifiquem as condições técnicas de cada veículo transportador de combustível apenas em algumas Unidades da Federação, cria não só embaraços, mas, acima de tudo, despesas, que oneram profundamente os custos operacionais e tornam mais árdua a luta pela sobrevivência dos transportadores de combustíveis, em particular dos que detêm frotas que atendem às necessidades de abastecimento dos centros menores, que fazem a interiorização do combustível em todo o País.

Dai por que, Sr. Presidente, já que o Ministério da Indústria e do Comércio tem um novo titular, creio que se faz chegar a hora de se corrigir essa anomalia, fazendo com que não só em Sergipe, mas em todas as Unidades da Federação, haja condições para que o Instituto de Pesos e Medidas possa executar essa atividade, atendendo a essa reivindicação dos camioneiros transportadores de combustível.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, li, com justo orgulho de brasileiro e profunda emoção de paulista e representante de seu povo, uma notícia divulgada pelo grande jornal *O Globo*, do Rio de Janeiro, cujas palavras, lacônicas e simples, repito com satisfação:

“Dos doze maiores bancos comerciais, entre privados, estatais e estrangeiros, apenas três tiveram aumento real no lucro líquido no primeiro semestre deste ano, em relação a igual período em 1983.

E aquele que se colocou em primeiro lugar no ranking bancário foi o Banco do Estado de São Paulo.”

No bojo de uma notícia simples contém-se um fato verdadeiramente auspicioso, ou seja, um banco governamental, quando dirigido com competência e dignidade, com probidade e eficiência, cumprindo rigorosamente as determinações do Governador do Estado, quer dizer, trabalhando sem concessões políticas e sem favores partidários, pode realizar o seu destino legítimo superando até mesmo a iniciativa privada.

Os que nos acostumamos, em São Paulo, constrangidos e ofendidos, a ver o nosso BANESPA desvirtuado de suas finalidades, posto a serviço de interesses malsãos e

da mais sórdida politicagem, dilapidado em seu patrimônio e agredido em suas reservas, desvirtuado do serviço público, certamente nos rejubilamos com a sua recuperação, moral, econômica, financeira e social.

A austeridade do Governo Franco Montoro, assistida do desvelo e do trabalho eficiente dos responsáveis pela condução do Banco do Estado de São Paulo, recuperaram para o tradicional estabelecimento financeiro o crédito do povo, dos servidores estaduais, das forças de produção, locais e nacionais.

E foi esta recuperação da confiança pública que fez crescer de 17,3 por cento — crescimento real — o saldo dos depósitos entregues ao BANESPA.

Não se afastando um milímetro sequer das autênticas práticas bancárias, agindo como bando e não como sucursal de interesses políticos sectários, o BANESPA situou-se como o terceiro maior banco do País, entre todos os demais, apurando, de janeiro a junho do corrente ano, um lucro líquido de 29 bilhões e 700 milhões de cruzeiros, o que corresponde a um acréscimo, em termos reais, de 37 por cento, em comparação com igual período, no ano passado.

Duas outras informações também me enchem de contentamento: uma, a eleição pelos funcionários do BANESPA, em pleito direto, para a escolha de um diretor e 30 conselheiros, representantes dos servidores na direção do BANESPA; outra — o anúncio de que o pagamento dos dividendos aos acionistas, na razão de 11 centavos por ação, começará no próximo dia 5, satisfazendo assim o Banco do Estado de São Paulo rigorosamente em dia, os seus deveres e dando aos que nele confiaram os seus capitais a justa remuneração de suas economias.

Devo concluir, Sr. Presidente, meu pronunciamento e concluo dizendo que tanto vale um Governo eleito livremente pelo povo, através do trabalho e da honradez, a confiança recebida.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Com a palavra o Deputado Paulo Lustosa.

O SR. PAULO LUSTOSA (PDS — CE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a ética da fidelidade ao aético é a ética da antimoral. A infidelidade a liderança e a partidos representa, às vezes, a fidelidade maior a compromissos democráticos, a valores éticos e morais, o respeito às aspirações maiores de uma sociedade.

Acusa-se de aéticos aqueles que simplesmente não se dobraram às conveniências circunstanciais dos donos do poder, ou à tibieza, à fragilidade, à pusilanimidade daqueles que não souberam conduzir um processo, deixando que as circunstâncias criadas envolvessem uma grande afronta à Nação. Esses, sim, é que podem ser considerados aéticos, esses que fugiram ao dever de levar a Nação para o caminho melhor, de acordo com os compromissos que haviam assumido em termos de abertura democrática, de opção legítima e representativa dos anseios, da sociedade brasileira.

A fidelidade tem a sua hierarquia. Existe uma fidelidade de primeira aos compromissos maiores para com a Nação, uma fidelidade segundo os valores éticos e morais, que não têm conceito relativo, e, sim, absoluto; em terceiro lugar, uma fidelidade ao partido, desde que esse partido seja fiel aos seus próprios compromissos doutrinários e programáticos.

Aqui quero retratar a figura de alguém que continua a ser para os brasileiros de todos os matizes políticos, ideológicos e partidários, a figura maior do comportamento não apenas ético, aquela ética frágil que se despedaça às primeiras afrontas, mas uma ética mais profunda, que se perpetua pela sua presença límpida, correta e, acima de tudo, cívica, dentro do processo político nacional. Refiro-me ao Dr. Aureliano Chaves, a quem rendo hoje

as minhas homenagens. Nada é preciso dizer: Basta atentar para seu amor cívico, para seu desprendimento, para sua atitude sóbria e firme e, acima de tudo, para a sua largueza de alma em todos os seus gestos democráticos, até agora. Faria um apelo a todos os companheiros, àqueles que não têm nenhum interesse, nem cargo, posição, nem prestígio junto a futuros governos, que defendem propostas e estão de acordo com posturas e não com conveniências e negociatas, todos aqueles que assim se colocam que não aceitam as provocações, venham de onde vierem, para o seguinte fato: o que queremos é construir um País estável, democrático, participativo, pluralista e justo, e não apenas uma guerra de comadres, um bate-boca de fila menor, cujo interesse maior não é conduzir o País para o leito de aspirações democráticas maiores, mas conduzi-lo para o confronto buscando um retrocesso político nacional.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, vem bem oportuna a publicação, neste País, da obra do grande escritor, do grande humanista Thomas Mann — por sinal filho de uma brasileira. Temos, agora, a honra de ver editada, no Brasil, a obra fantástica, desse grande humanista. “Dr. Fausto”.

“Dr. Fausto” representa, acima de tudo, o pacto de intelectuais, de artistas, até mesmo de políticos com o demônio — demônio aí no sentido figurado — contra tudo aquilo que degrada o cidadão, quando aceita o autoritarismo, a pressão à suas idéias e a seus objetivos, tão somente pela perpetuação de um poder frágil, que não representaria o sonho de cidadãos responsáveis.

Realmente a obra vem a calhar, neste momento em que muitos desejam apenas vender a alma ao diabo, como forma de assegurar as magras benesses de um poder transitório.

Sr. Presidente, quero concluir minha colocação, deixando essas ponderações aos meus companheiros, àqueles que pensam como eu, aos companheiros que estão no mesmo *front* em que estou, defendendo um conjunto de idéias, não dando recado, nem fazendo críticas a quem quer que seja.

Aproveito ainda a oportunidade para fazer uma crítica ao comportamento de todas as Lideranças da Casa. No primeiro semestre, pedi regime de urgência para o Projeto do Juizado de Pequenas Causas. Consegui a assinatura de todas as Lideranças. Parece que elas se esqueceram do projeto, assim como dele se esqueceu a Mesa da Câmara. Na verdade, não se levou adiante a urgência requerida para proposição, que é fundamental para a defesa do consumidor.

Encerro, Sr. Presidente, lembrando que, ao lado das nossas discussões sobre a questão sucessória, é fundamental que não se descure das questões objetivas e emergenciais que afligem o cidadão brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Carone.

O SR. JORGE CARONE (PMDB — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho à tribuna, como sempre, para falar a verdade. Esteve com o Presidente Figueiredo. Reconheço que S. Ex.^a prestou um grande serviço a este País no referente à anistia, à Lei de Inelegibilidades, à modificação da Lei de Segurança Nacional e à eleição de governadores. Se, amanhã, acusarem o Presidente, aqui, injustamente, eu, que sou do PMDB, que sou da Oposição, vou defendê-lo. Mas uma coisa quero esclarecer: esta história de caça à bruxa, isto é da política. Eu assumi a Prefeitura de Belo Horizonte e demiti dois mil funcionários; em Rio Branco, exonerei todos os meus adversários — eu não governo com adversários. Então, o que temos que fazer é uma coisa só: na hora em que virar, botar todo mundo na rua. Não adianta reclamar: é marcar os nomes e, virou, rua. Acabou.

Para que reclamar da caça às bruxas das demissões? Não tem importância. O importante, na política, é governar com os amigos. Eu sempre governei com os meus amigos. Então, reclamar que estão exonerando, isto é normal. Em relação à Ordem do Dia do Ministro do Exército, quero esclarecer que esta frente ampla está prestando um grande serviço ao País. O que acontece é o seguinte: a Frente Ampla integrou com quem? Com os cassados, os exilados, com os perseguidos, com os que foram vítimas da Revolução, como eu. Então, hoje, Minas Gerais está igualzinha àquilo que o ex-Deputado Último de Carvalho dizia: “bezerro já não conhece mais a vaca, nem a vaca o bezerro”. Quer dizer, misturaram de tal maneira a Frente Ampla com o PMDB e os cassados que, hoje, não sabemos quem é quem, quem foi favorável e quem foi contra a Revolução. Daí acho que a Frente Ampla está prestando um grande favor ao País, porque ela vai conseguir acabar com os ódios e as perseguições que porventura poderiam existir, não da minha parte — eu já esqueci o passado. Entretanto, é preciso que esta Casa tenha juízo, que os Deputados e Senadores compareçam aqui para votar. No dia 30, será votada uma emenda — de minha autoria, aumentos de água, luz, telefone, impostos federais, estaduais e municipais, prestação do BNH não podem ultrapassar 20%. A Casa estará vazia e o povo estará sofrendo. Por quê? Não é por culpa do Presidente João Figueiredo, não é por culpa do Ministro Delfim Netto é culpa exclusivamente dos Senadores e Deputados, se não comparecerem no dia da votação.

O Sr. Valmor Giavarina — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Tem a palavra V. Ex.^a.

O SR. VALMOR GIVARINA (PMDB — PR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, por motivo que já é do conhecimento da Casa — se vale a pena repetir — o grupo só diretas, outros partidos políticos e companheiros também do PDS têm, sistematicamente, obstruído a Ordem do Dia, nesta Casa, porque entendemos que há uma matéria importante que não foi arquivada, está pendente de pauta, está dependurada, e o Presidente do Congresso não abre vaga na pauta para que seja votada: a Emenda Theodoro Mendes. Entendemos que, se a Emenda Theodoro Mendes, que visa a restabelecer as eleições diretas já, não é importante, nada mais o é. Por este motivo, estamos sistematicamente obstruindo para chamar a atenção da Casa, da Nação, do Presidente Moacyr Dalla, para que ele venha, de público, dizer por que não coloca na pauta matéria tão importante. Por esta razão, com fundamento no art. 29, § 2º do Regimento Comum, requiro a V. Ex.^a a suspensão dos trabalhos por evidente falta de *quorum*.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Com fundamento no que preceitua o § 2º do art. 29 do Regimento Comum, sendo evidente a falta de *quorum*, V. Ex.^a será atendido.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, neste Plenário, destinada à leitura da Mensagem nº 73, de 1984 — CN, referente ao Projeto de Lei nº 8, de 1984-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir à Presidência da República, em favor do Hospital das Forças Armadas, o crédito especial de Cr\$ 112.000.000,00 (cento e doze milhões de cruzeiros), para o fim que especifica.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 30 minutos.)

Ata da 228ª Sessão Conjunta, em 27 de agosto de 1984

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Martins Filho

ÀS 18 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Galvão Modesto — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Moacyr Duarte — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Guilherme Palmeira — Carlos Lyra — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Luiz Viana — Moacyr Dalla — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Morvan Acayaba — Fernando Henrique Cardoso — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Gastão Müller — José Fragelli — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alécio Dias — PDS; Aluizio Bezerra — PMDB; Geraldo Fleming — PMDB; Nosser Almeida — PDS; Ruy Lino — PMDB.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; Carlos Alberto de Carli — PMDB; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Vivaldo Frota — PDS.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edilson Lobão — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; João Rebelo — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Sarney Filho — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jonathas Nunes — PDS; José Luiz Maia — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Antônio Moraes — PMDB; Flávio Marçílio — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Ossian Araripe — PDS; Paulo Lustosa — PDS; Sérgio Philomeno — PDS.

Rio Grande do Norte

Antônio Câmara — PMDB; Jessé Freire — PDS; João Faustino — PDS; Vingt Rosado — PDS.

Paraíba

Aluizio Campos — PMDB; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; Tarcisio Buriti — PDS.

Pernambuco

Carlos Wilson — PMDB; Egidio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Inocêncio Oliveira — PDS; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; Josias Leite — PDS; Nilson Gibson — PDS; Osvaldo Lima Filho — PMDB; Roberto Freire — PMDB.

Alagoas

Djalma Falcão — PMDB; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PDS.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PMDB; Fernando Gomes — PMDB; França Teixeira — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Genebaldo Correia — PMDB; Haroldo Lima — PMDB; João Alves — PDS; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Virgildásio de Senna — PMDB.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Nyder Barbosa — PMDB; Stélio Dias — PDS.

Rio de Janeiro

Amaral Netto — PDS; Arildo Teles — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Celso Peçanha — PTB; Daso Coimbra — PMDB; Denisar Arneiro — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Francisco Studart — PTB; José Eudes — PT; Márcio Braga — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Emílio Haddad — PDS; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; João Hercúlio — PMDB; Jorge Carone — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; Juarez Baptista — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Manoel Costa Júnior — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Melo Freire — PMDB; Nylton Velloso — PDS; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Rondon Pacheco — PDS.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airtton Soares — PT; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Del Bosco Amaral — PMDB; Diogo Nomura — PDS; Francisco Amaral — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Irma Passoni — PT; Ricardo Ribeiro — PTB; Roberto Rollemberg — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iturival Nascimento — PMDB; João Divino — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PDS.

Mato Grosso

Dante de Oliveira — PMDB; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alencar Furtado — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Dilson Fanchin — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Irineu Brzesinski — PMDB; Ítalo Conti — PDS; José Tavares — PMDB; Norton Macedo — PDS; Osvaldo Trevisan — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Santos Filho — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Arteni Wernwer — PDS; Cassido Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Pedro Colin — PDS; Renato Vianna — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Ibsen Pinheiro — PMDB; João Gilberto — PMDB; José Fogaça — PMDB; Lélío Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Clark Platon — PDS; Geovani Borges — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — As listas de presença acusam o comparecimento de 41 Srs. Senadores e 198 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Adhemar Ghesi.

O SR. ADHEMAR GHISI (PDS — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, realizou-se, na cidade de Canela, nos dias 8 e 9 de junho próximo passado, o XIV Encontro das Federações de Indústrias da Região Sul, tendo como anfitriã a Federação gaúcha, e com participação das representações do Paraná e de Santa Catarina.

Desse encontro de empresários nasceu um documento de grande importância denominado Carta aos Políticos Brasileiros, no qual se pede reflexão sobre a crise brasileira. Ali se diz que a crise, para ser superada, exige grandeza, entendimento, responsabilidade e solidariedade, em torno de princípios básicos afinados com as aspirações do povo brasileiro por mudanças que consagram o desenvolvimento harmônico e justo.

Depois de advertir para o fato de que nos achamos diante de um momento histórico e decisivo para os destinos do País, os empresários da Região Sul apelam à classe política para empenhar-se na resolução urgente de algumas questões da maior importância, como segue:

“É indispensável e imperiosa a reativação da economia, e esta só terá a permanência e resultados desejados através do equacionamento político da situação hoje vivenciada pela sociedade brasileira;

A sucessão presidencial deve assegurar perspectivas promissoras ao País; tanto quanto discutir nomes, há que se considerar como preponderante a forma de chegar ao poder, pois esta — e só esta — enquanto legítima, determinará o grau de credibilidade do novo Presidente e, por conseguinte, garantirá às medidas econômicas do próximo Governo a aceitação necessária para que atinjam seus objetivos;

No plano externo, deve ser proporcionado respaldo sólido ao Governo brasileiro para ações fortes junto aos credores internacionais, especialmente em conjunto com os demais países latino-americanos, a fim de que os compromissos com o exterior não imponham ainda maiores sacrifícios ao povo brasileiro;

A renegociação da dívida externa brasileira faz-se imperiosa, pois é inadmissível exigir retração maior do País, que já sofreu redução de cerca de 12% de sua renda *per capita* no período 1980/83; neste mesmo período, transferimos ao exterior 59,8 bilhões de dólares em serviço da dívida e, ao final de 1984, o Brasil arcará com mais 14,3 bilhões de dólares relativamente ao mesmo item;

É dever lutar, de forma incessante, por substancial modificação no tratamento da questão externa — prazos e serviços da dívida revisando, ao mesmo tempo, as metas de ajustamento interno da economia — disponibilidade de crédito para o setor privado e redução dos insuportáveis custos financeiros; caso contrário, a recuperação do setor industrial irá se resumir a pequenas flutuações em torno da tendência fortemente recessiva dos últimos três anos.”

A par destas considerações de inegável atualidade no cenário brasileiro, o Presidente da Federação das Indústrias de Santa Catarina, Bernardo Wolfgang Werner, em carta que nos foi endereçada, realçou outros problemas urgentes, que estão a exigir providências para que a economia brasileira retome sua caminhada no rumo da normalidade.

Realmente, são milhões de desempregados, que aguardam o chamamento de retorno ao trabalho, enquanto centenas de empresários esperam por dias melhores, que

lhes permitam suavizar as medidas extremas que foram obrigados a tomar para sobreviver à recessão.

Sr. Presidente, alguns números alinhados por aquele empresário coestadano servirão para mostrar a importância dos três Estados do Extremo Sul no contexto econômico-social do Brasil. Ali estão 15% da população brasileira, que respondem por 18% do Produto Interno Bruto Nacional. As exportações dos três estados perfazem 22,8% do total das vendas brasileiras ao Exterior. Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina exportaram, no último ano, cerca de cinco bilhões de dólares.

Uma tal participação na economia nacional tem o significado de grande arrecadação de impostos, mais precisamente 27,9% da receita nacional de tributos federais e do ICM, mas a concentração tributária em favor da União vem castigando as finanças estaduais.

Termina o ilustre patricio com palavras de inegável sabedoria, que reflete determinação para vencer a crise, uma determinação que há de contagiar a classe política e os homens do Governo. De fato, pior que a inflação é a ociosidade de máquinas e de homens. Pior que a dívida externa é o empobrecimento do povo brasileiro.

Precisamos retomar o desenvolvimento para dar sentido aos grandes investimentos feitos para montar o nosso parque industrial, principalmente considerando que eles custaram sacrifícios, não só dos empresários mas de toda a sociedade. É necessário dar oportunidade ao nosso povo, que quer trabalhar e viver em paz com o fruto do seu trabalho.

A Carta aos Políticos Brasileiros é um oportuno chamamento que nos fazem os empresários do Sul, para que nos unamos com a grandeza e coragem que os brasileiros sabem ter nos momentos difíceis. Só assim poderemos debelar a crise e inaugurar uma época de melhores dias para a sociedade brasileira.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Com a palavra o Sr. Deputado Jorge Carone.

O SR. JORGE CARONE (PMDB — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, ouvi hoje o nobre, ilustre amigo, Deputado Siqueira Campos, fazendo um discurso em que acusava o Presidente João Goulart. Tive a sorte de conhecer pessoalmente o Presidente João Goulart e ser amigo dele. Foi o melhor Presidente da República para a cidade de Belo Horizonte. Todas as obras que realizei naquela época, à testa de uma Prefeitura sem recursos, foram autorizadas pelo Presidente João Goulart. Ele fez mais para Belo Horizonte do que o próprio Presidente Juscelino Kubitschek. Liberou todas as verbas que eu pedi, mais de meio bilhão de cruzeiros, à época. Quero lembrar que conheço bem a Revolução, porque era Prefeito de Belo Horizonte, quando, numa madrugada, como já tenho dito, a Prefeitura foi assaltada por forças militares, pelo Governo do Estado, chefiado pelo General do Vale, pelo Secretário de Segurança. Buscaram, na época, os Vereadores em suas casas, de radiopatrulha, e houve Vereadores que foram levados ali atrás, presos. Noutro dia, conversando com um Vereador meu amigo — Helvécio — que era, na época, Delegado-Geral do Estado, disse-me ele que foi até interessante, porque um Vereador se dirigia à Câmara, quando a polícia foi para o lado dele. Então a polícia andou mais depressa, o Vereador andou mais depressa; a polícia correu, o Vereador correu; a polícia pegou o Vereador e disse: “Não, o Sr. tem de ir para a Câmara”.

Ninguém assistiu mais do que ocorreu na Revolução de 64 do que eu. Por quê? No dia da Revolução, quando o Vice-Governador Clóvis Salgado me procurou para que eu assinasse o manifesto favorável à Revolução — todos os ex-Governadores tinham assinado, e faltava a assinatura do Prefeito — tive a coragem de dizer: “Dr. Clóvis” — Odilon Vieira ainda vive e assistiu — “o Sr. vai me desculpar, mas não posso assinar este manifesto,

porque o Jango é meu amigo e me ajudou”. O Dr. Clóvis me respondeu: “Então você vai conversar com o General Guedes”. Eu fui à presença do General Guedes, com o Eugênio Dutra, que é do PDS, que é Deputado, que era meu assessor, e falei: “General, o problema da Prefeitura é de água, esgoto, luz, meio-fio e calçamento” — porque naquela época eram por conta da Prefeitura, “O senhor pode tomar conta da Prefeitura, porque não tenho condições de participar da Revolução. Não acredito em revolução chefiada por banqueiros”. E eu estava certo.

Quero esclarecer também — Tancredo está vivo, Magalhães está vivo — que em São João Del Rei, na casa de Tancredo Neves, Jango, na cabeça, era Presidente; de um lado estava o General Mourão, eu, ao lado, como Prefeito; do outro lado, estavam Tancredo, Magalhães e um militar da Marinha. Durante todo o almoço, o General Mourão falava: “Tchê, Presidente, o Sr. precisa ajudar o Carone; o Carone está com muitas dificuldades”. Na hora em que Jango embarcou de avião, o General Mourão empurrou-me e falou: “Tchê, Presidente, leva o Carone”. E eu fui com o Jango para o Rio de Janeiro. Chegando lá, dei um título de cidadão ao Jango pelos serviços que prestou. Foi comigo Paulo, Deputado estadual, naquela época, de Juiz de Fora. Dei o título de cidadão por decreto, porque a Câmara Municipal tinha negado, e voltei para Belo Horizonte. Que aconteceu? Estourou a Revolução, e o General Mourão chegou lá como vitorioso. Todo mundo homenageava o salvador da Pátria, havia desfiles de milhares e milhares de pessoas. Fui ao Palácio e, na presença do General Mourão, disse: “General, querem tirar-me, porque o Jango me ajudou. Mas quem pediu a ele que me ajudasse foi o Sr. Foi o Sr. que me colocou no avião. O Sr. não lembra?” Ele disse: “Fala baixo, Carone, o homem já caiu”.

Essa é a Revolução de 1964. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Fernandes.

O SR. JOSÉ FERNANDES (PDS — AM. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores e Srs. Deputados, acabo de chegar do meu Estado, o Amazonas, e trago a estas Casas reunidas uma denúncia de certa forma grave. O Estado do Amazonas sonhou ser um pólo de desenvolvimento na área de Manaus; sonho também participar do desenvolvimento nacional, através dos incentivos gerados pelo Decreto nº 288, destinado a implementar a Zona Franca de Manaus, que vem sofrendo, a partir de 1967, ano de sua criação, várias cortes e, de certa forma, está a reboque dos interesses maiores de alguns elementos que primeiro lutaram contra a implantação de indústrias naquela área e, depois, até se instalaram lá. Agora, porém, esses elementos lutam para monopolizar qualquer tipo de produção de eletrodomésticos na Zona Franca de Manaus. Recentemente, o Superintendente Igrejas Lopes, depois de 2 anos de estudos, aprovou um projeto da Motosom, com a anuência da maioria — de mais de dois terços do Conselho de Administração da SUFRAMA. Não bastassem as pressões, que retardaram a aprovação do projeto por 2 anos, chegou lá o emissário do Ministério do Planejamento, na honra da reunião, para pedir que o projeto fosse tirado de pauta, quando já se havia inclusive iniciado a votação. Uma coisa esdrúxula, que em parte alguma aconteceu: determinada matéria está em votação, e um conselheiro, que se julga superior à autoridade do Superintendente da Zona Franca de Manaus e até às determinações do Presidente da República, pede, alegando, inclusive, estar autorizado pelo Presidente da República, a retirada daquele projeto de pauta. O Conselho não aceitou o pedido e concluiu a votação. O projeto foi aprovado, e hoje estamos aqui para dizer que o Superintendente da Zona Franca está sendo chamado a Brasília, não sei se para ser demitido ou até se para reformular a decisão já tomada pelo Conselho da SUFRAMA. Vamos dizer hoje, nesta

denúncia, que nós, Parlamentares do Amazonas, na hora em que a Zona Franca se acaba no setor comercial; na hora em que há desempregados, da própria Zona Franca, perambulando pelas ruas de Manaus; na hora em que vemos que homens que lá não plantaram, a não ser pré-moldados para as suas indústrias, começam a trabalhar pelo próprio fim da Zona Franca; na hora em que vemos que aqueles que já ganharam muito não querem mais continuar, porque encontraram melhor espaço para expandir cada vez mais suas indústrias, ou até para usufruir dos benefícios dos incentivos existentes no elenco de leis nacionais no tocante à matéria tributária, nessa hora, precisamos dizer que qualquer indústria geradora de emprego, interessada em colaborar para a reativação da hoje moribunda Zona Franca de Manaus, vai ter o apoio parlamentar de toda a bancada amazonense. Eu me responsabilizo pelos companheiros do PDS, mas creio que os companheiros da Oposição também cerrarão fileiras na mesma ação.

Voltaremos ao assunto, abordando mais detalhadamente a aprovação desse projeto, as reações ocorridas, a tentativa que está sendo levada a cabo de demitir o Superintendente da Zona Franca de Manaus. A partir de amanhã denunciaremos toda essa trama, seja ela de elementos que procuram o Palácio do Planalto para decidir

os seus destinos, mesmo que esses se encontrem em franca oposição aos nossos companheiros, políticos do Estado do Amazonas, e aos nossos trabalhadores amazonenses. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Finalidade da sessão: Presente sessão destina-se à leitura da Mensagem Presidencial nº 73/84.

O Sr. Jacques D'Ornellas — Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Jacques D'Ornellas.

O SR. JACQUES D'ORNELLAS (PMDB — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Deputados e Senadores do grupo S6-Diretas pretendem, com o apoio de outros parlamentares que não são do grupo, a colocação, na pauta de discussão e votação, da Emenda do Deputado Theodoro Mendes, que restabelece as eleições diretas no País, em dois turnos. O objetivo do grupo, também objetivo maior do povo brasileiro e dos Deputados e Senadores que apóiam esse grupo, embora dele não participem, é o de que definitivamente se identifique neste País quem são as minorias radicais a que se refere o

Ministro do Exército, General Walter Pires. Quem é minoria e quem é maioria neste País? A melhor forma de constatar, sem dúvida alguma, quem é maioria e quem é minoria neste País, é restituindo ao povo o direito de eleger o Presidente da República desta forma, em função dessa colocação de grupo S6-Diretas, dos parlamentares e do povo brasileiro, nós, como forma de protesto pela não inclusão em pauta pelo Presidente do Congresso, Senador Moacyr Dalla, da referida emenda, estamos obstruindo os trabalhos de votação.

Nesta conformidade, argüimos o parágrafo 2º, do art. 29, do Regimento Comum, para que o Sr. Presidente verifique se há condição disso se efetuar — pelo visto não há — pela falta de presentes na sessão.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Tem amparo regimental a questão de ordem levantada por V. Exª em relação à falta de **quorum**, que é evidente. Antes porém, nos termos do art. 55, § 1º, *in fine*, da Constituição, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje às 18 horas, e 55 minutos neste plenário, destinada à apreciação dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 29 e 30, de 1984-CN (10ª Sessão); 31, 32 e 33, de 1984-CN, e a Mensagem Presidencial nº 50, de 1984-CN (5ª sessão).

Esta encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 52 minutos.)

Ata da 229ª Sessão Conjunta, em 27 de agosto de 1984

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Martins Filho

ÀS 18 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Mário Maia — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Raimundo Parente — Galvão Modesto — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — José Sarney — Alberto Silva — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Moacyr Duarte — Martins Filho — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Guilherme Palmeira — Carlos Lyra — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Luiz Viana — Moacyr Dalla — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Morvan Acayaba — Fernando Henrique Cardoso — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Gastão Müller — José Fragelli — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Alércio Dias — PDS; Aluízio Bezerra — PMDB; Geraldo Fleming — PMDB; Nossier Almeida — PDS; Ruy Lino — PMDB.

Amazonas

Arthur Virgílio Neto — PMDB; Carlos Alberto de Carli — PMDB; Josué de Souza — PDS; Mário Frota — PMDB; Vivaldo Frota — PDS.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Olavo Pires — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Coutinho Jorge — PMDB; Dionísio Hage — PMDB; Domingos Juvenil — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Manoel Ribeiro — PDS; Osvaldo Melo — PDS; Vicente Queiroz — PMDB.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PDS; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; João Rebelo — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Sarney Filho — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PDS; Ciro Nogueira — PMDB; Heráclito Fortes — PMDB; Jonathas Nunes — PDS; José Luiz Maia — PDS; Milton Brandão — PDS; Wall Ferraz — PMDB.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Antônio Moraes — PMDB; Flávio Márcilio — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leonne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Marcelino Linhares — PDS; Ossian Araripe — PDS; Paulo Lustosa — PDS.

Rio Grande do Norte

Antônio Câmara — PMDB; Jessé Freire — PDS; João Faustino — PDS; Vingt Rosado — PDS.

Paraíba

Aluízio Campos — PMDB; Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; Tarcísio Buriti — PDS.

Pernambuco

Carlos Wilson — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Inocêncio Oliveira — PDS; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; Josias Leite — PDS; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Roberto Freire — PMDB.

Alagoas

Djalma Falcão — PMDB; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PDS; Manoel Affonso — PMDB; Renan Calheiros — PMDB.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Hélio Dantas — PDS; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Afrísio Vieira Lima — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Elquisson Soares — PMDB; Fernando Gomes — PMDB; França Teixeira — PDS; Francisco Benjamim — PDS; Genebaldo Correia — PMDB; Haroldo Lima — PMDB; Horácio Matos — PDS; João Alves — PDS; Jorge Vianna — PMDB; Jutahy Júnior — PDS; Prisco Viana — PDS; Raymundo Urbano — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PDS; Virgildásio de Senna — PMDB.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; José Carlos Fonseca — PDS; Myrthes Bevilacqua — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Stélio Dias — PDS.

Rio de Janeiro

Amaral Netto — PDS; Arildo Teles — PDT; Bocayuva Cunha — PDT; Brandão Monteiro — PDT; Celso Peçanha — PTB; Daso Coimbra — PMDB; Denisar Arneiro — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Franciso Stuardart — PTB; Gustavo Faria — PMDB; Jacques D'Ornellas — PDT; José Colagrossi — PDT; José Eudes — PT; Márcio Braga — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Wilmar Pals — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PDS; Bonifácio de Andrada — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Cássio Gonçalves — PMDB; Christóvam Chiaradia — PDS; Emílio Haddad — PDS; Gerardo Renault — PDS; Homero Santos — PDS; Humberto Souto — PDS; Israel Pinheiro — PDS; João Herculino — PMDB; Jorge Carone — PMDB; José Carlos Fagundes — PDS; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; Juarez Baptista — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Sefair — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Marcos Lima — PMDB; Melo Freire — PMDB; Nylton Velloso — PDS; Paulino Cícero de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Rondon Pacheco — PDS.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Soares — PT; Aurélio Peres — PMDB; Bete Mendes — PT; Del Bosco Amaral — PMDB; Diogo Nomura — PDS; Francisco Amaral — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Irma Passoni — PT; Ricardo Ribeiro — PTB; Roberto Rollemberg — PMDB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iram Saraiva — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; João Divino — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Paulo Borges — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PDS.

Mato Grosso

Dante de Oliveira — PMDB; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Plínio Martins — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB; Sérgio Cruz — PMDB; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Alencar Furtado — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Dilson Fanchin — PMDB; Hélio Duque — PMDB; Irineu Brzesinski — PMDB; Ítalo Conti — PDS; José Tavares — PMDB; Norton Macedo — PDS; Oswaldo Trevisan — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Renato Bernardi — PMDB; Renato Loures Bueno — PMDB; Santos Filho — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Artenir Werner — PDS; Cassido Maldaner — PMDB; Dirceu Carneiro — PMDB; Ivo Vanderlinde — PMDB; João Paganella — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Nelson Wedekin — PMDB; Odilon Salmoria — PMDB; Pedro Colin — PDS; Renato Vianna — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Guido Moesch — PDS; Hermes Zaneti — PMDB; Ibsen Pinheiro — PMDB; Irajá Rodrigues — PMDB; João Gilberto — PMDB; José Fogaça — PMDB; Lélío Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Rubens Ardenghi — PDS; Siegfried Heuser — PMDB; Sinval Guazzelli — PMDB.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Clarck Platon — PDS; Geovani Borges — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — As listas de presença acusam o comparecimento de 41 Srs. Senadores e 198 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de Breves Comunicações.

O Sr. Jacques D'Ornellas — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Jacques D'Ornellas, pela ordem.

O SR. JACQUES D'ORNELLAS (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, em virtude da comprovada ausência de Parlamentares, neste Plenário, arguimos o art. 28 do Regimento Comum, para que seja levantada a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — A questão de ordem de V. Ex.^a tem amparo regimental.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, neste plenário, destinada à discussão dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 38 e 40, de 1984 — CN, referentes, respectivamente, aos Decretos-leis nºs 2.108 e 2.110, de 1984.

O SR. PRESIDENTE (Martins Filho) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 58 minutos.)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusa as despesas de correio)

Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície:

Semestre	Cr\$	3.000,00
Ano	Cr\$	6 000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Seção II (Senado Federal)

Via-Superfície:

Semestre	Cr\$	3.000,00
Ano	Cr\$	6.000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visado, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência PSCEGRAF, Conta-Corrente nº 920001-2, a favor do:

Centro Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília — DF
CEP 70 160

**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL**

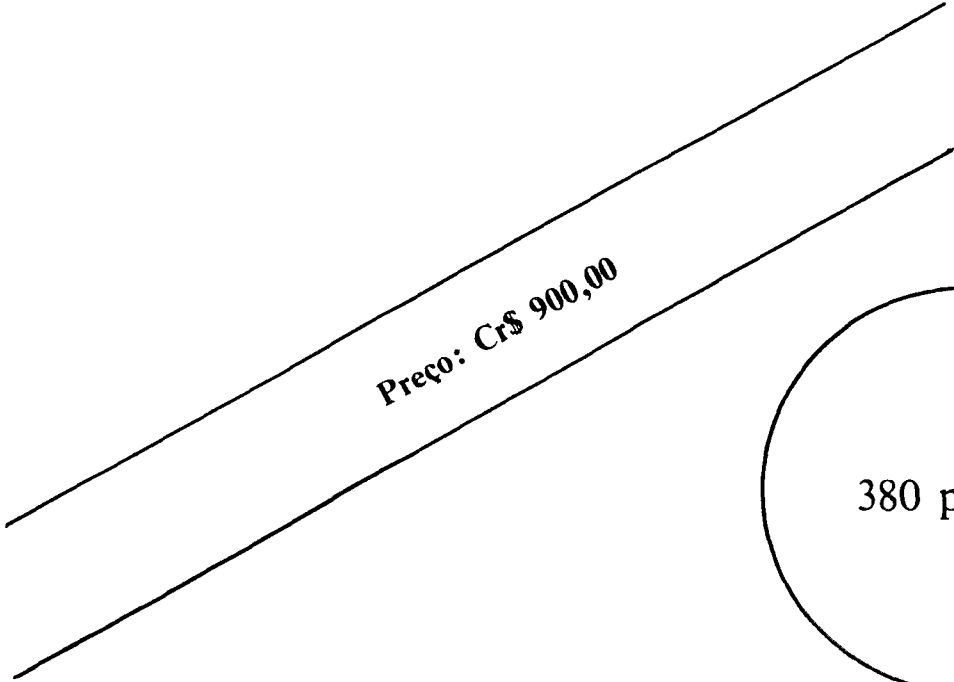
QUADRO COMPARATIVO

(4ª edição)


Texto constitucional vigente (incluindo a Emenda Constitucional nº 22/82) comparado à Constituição promulgada em 1967 e à Carta de 1946.

152 notas explicativas, contendo os textos dos Atos Institucionais e das Emendas à Constituição de 1946.

Índice temático do texto constitucional vigente.



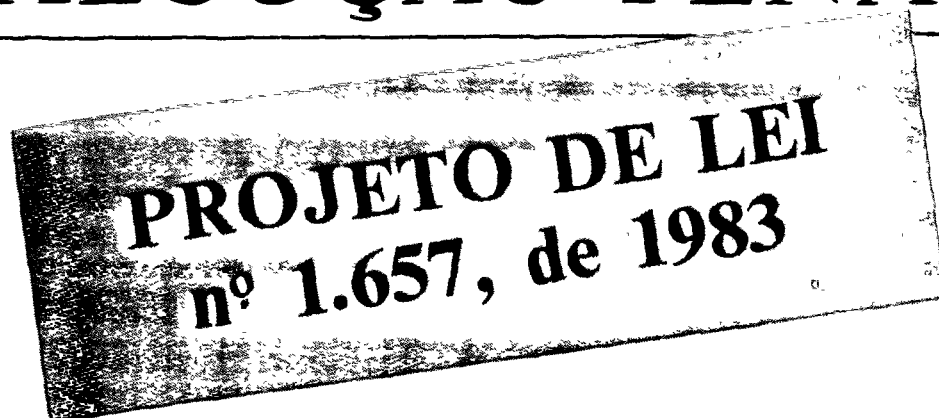
Preço: Cr\$ 900,00



380 páginas

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal (22º andar do Anexo I) — Brasília, DF — CEP: 70160, ou mediante vale postal ou cheque visado pagável em Brasília (a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal). Atende-se, também, pelo reembolso postal.

LEI DE EXECUÇÃO PENAL



Quadro comparativo do Projeto em tramitação no Congresso Nacional, com o Anteprojeto Benjamin Moraes (1970) e a legislação vigente.

Exposição de Motivos. Regras Mínimas da ONU para o tratamento dos Reclusos. Notas.

Preço:

Cr\$ 800,00

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal (22º andar) — Brasília—DF — 70160, ou mediante cheque visado pagável em Brasília.

CÓDIGO DE MENORES

(edição: 1982)

- Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979, que "Institui o Código de Menores"
- Índice temático
- Comparação com a legislação anterior (Decreto nº 17.943-A/27 e Leis nº 4.655/65 e 5.258/67, alterada pela Lei nº 5.439/68)
- Anotações (textos legais; pareceres; comentários; depoimento na CPI Menor)
- Histórico da Lei nº 6.697/79 (tramitação legislativa)

512 Páginas

Preço: Cr\$ 1.000,00

*À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas – Senado Federal
Anexo I – 22º andar – Brasília, DF (CEP: 70160) ou pelo REEMBOLSO POSTAL*

SEGURANÇA NACIONAL

(2ª edição — 1982)

Lei nº 6.620, de 17-12-78

Índice temático. Tramitação legislativa

- Legislação vigente (Lei nº 6.620/78) comparada, artigo por artigo, à legislação anterior (Decretos-Leis nºs 314/67 e 510/69 e Lei nº 1.802/53).
- Notas a cada dispositivo: legislação correlata, comentários de juristas e da imprensa, elaboração legislativa.
- Textos constitucionais e legislação ordinária (de 1824 a 1982).

368 páginas

Preço: Cr\$ 800,00

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas

Senado Federal

22º andar — Brasília—DF

Encomendas mediante vale postal ou cheque visado
(a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal) ou pelo REEMBOLSO POSTAL.

VOTO DISTRITAL

O nº 78 da *Revista de Informação Legislativa*, com 464 páginas, é dedicado ao estudo do voto distrital, contendo os seguintes artigos:

COLABORAÇÃO

Voto distrital e poder econômico — Senador *Tarso Dutra*

Inadequação e inoportunidade do voto distrital — *Josaphat Marinho*

Ontem e hoje — o voto distrital no Brasil — *Rosah Rusomano*

O voto distrital e suas implicações jurídico-políticas — *A. Machado Pauperio*

A representação política e o sistema distrital misto — *Manoel Gonçalves Ferreira Filho*

Voto distrital: depoimento — *Manoel de Oliveira Franco Sobrinho*

O voto distrital e a reabertura — *Paulo Bonavides*

Teoria e prática do voto distrital — *José Alfredo de Oliveira Baracho*

Eleições e sistemas eleitorais — *Nelson de Sousa Sampaio*

Sistemas eleitorais — *Hermann M. Görgen*

Simulações de divisões distritais dos Estados brasileiros para as eleições federais de 1978 — *David V. Fleischer e Sérgio de Otero Ribeiro*.

DOCUMENTAÇÃO

Voto distrital — *Sara Ramos de Figueirêdo*

Preço do exemplar: Cr\$ 1.000,00

Assinatura para 1983 — Cr\$ 4.000,00 (nºs 77 a 80)

Encomendas mediante vale postal ou cheque visado (a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal).

Atende-se, também, pelo reembolso postal.

Subsecretaria de Edições Técnicas
SENADO FEDERAL
Brasília, DF — CEP: 70160

**Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF**

EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS

PREÇO DESTA EXEMPLAR: Cr\$ 50,00